

**RELATORIA:** DEB

**TERMO:** VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

**NÚMERO:** 071/2019

**OBJETO:** PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO ANTT Nº 5.830/2018.

**ORIGEM:** GEAUT/SUFIS/ANTT

**PROCESSO (S):** 50500.001758/2009-49

**PROPOSIÇÃO PRG:** NÃO HÁ MANIFESTAÇÃO

**PROPOSIÇÃO DEB:** APROVAR O PLEITO

**ENCAMINHAMENTO:** À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

## **I - DAS PRELIMINARES**

Análise do Processo nº 50500.001758/2009-49, com proposta de alteração da Resolução ANTT nº 5.830/2018, com a inclusão de multas que eventualmente se tornarem exigíveis até a data do deferimento do pedido.

## **II – DOS FATOS**

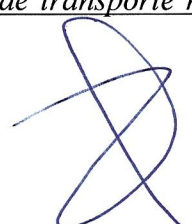
A Nota Técnica nº 100/2019/GEAUT/SUFIS (fls. 679/679v) sugere a alteração da redação da alínea “a”, do inciso I do artigo 5º da Resolução ANTT nº 5.830, de 13 de dezembro de 2007, considerando que:

a) Em relação aos débitos incluídos no parcelamento, a atual redação da alínea “a” do inciso I do artigo 5º da Resolução ANTT nº 5.830/2018 estabelece que o parcelamento, na espécie de débito selecionada, engloba os débitos exigíveis, obedecendo ao que se segue:

*Art. 5º (...)*

*I – (...)*

*a) a totalidade dos débitos exigíveis em nome do devedor, obrigatoriamente, para os débitos referentes à prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas e de transporte de passageiros; e (Grifo nosso).*



(...)

b) Os interessados buscam a realização de parcelamento dos débitos que lhe causam alguma forma de restrição, junto a ANTT ou aos órgãos de proteção de crédito. Assim, para surtir efeitos práticos almejados pelo interessado, o parcelamento deve incluir, necessariamente, todos os débitos exigíveis (impeditivos) existentes em seu nome até a data do deferimento do parcelamento, sob pena de permanecer com alguma restrição que lhe impeça de atingir o real motivo pelo qual solicitou o parcelamento.

c) Ao tratar do reparcelamento, a própria Resolução já explicitou a inclusão de multas que eventualmente se tornarem exigíveis até a data do deferimento do pedido, conforme estabelecido no §1º do artigo 16 da Resolução ANTT nº 5830/2018:

*Art. 16. (...).*

*§ 1º Em caso de reparcelamento dos débitos, o novo cálculo englobará todas as multas que se tornarem exigíveis até a data do deferimento do novo pedido, nos termos do art. 4º e do art. 5º, caput, inciso I, desta Resolução. (Grifo nosso)*

### III - DA JUSTIFICATIVA

A área técnica solicita a alteração da alínea “a” do inciso I do artigo 5º da Resolução ANTT nº 5.830/2018, justificando que se trata, em realidade, de mera correção de um erro formal, visto que o espírito da norma vigente é o de que todos os débitos exigíveis sejam obrigatoriamente incluídos no pedido de parcelamento para o transporte rodoviário de cargas e o de passageiros (o que fica claro na redação do dispositivo que trata do reparcelamento).

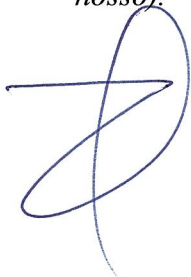
Ademais, tal simetria entre os procedimentos relacionados ao parcelamento e ao reparcelamento melhor atende aos interesses dos requerentes de parcelamento dessas modalidades de serviços e traz maior coesão ao texto da resolução.

Sendo assim, sugere-se a alteração do dispositivo, conforme proposta abaixo:

*Art. 5º (...)*

*I – (...)*

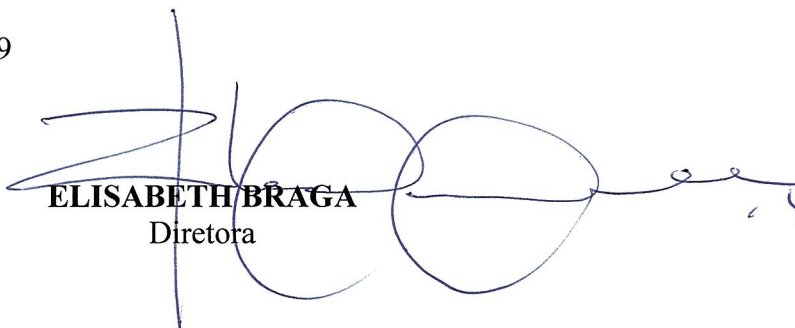
*a) a totalidade dos débitos exigíveis em nome do devedor até a data do deferimento do pedido, obrigatoriamente, para os débitos referentes à prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas e de transporte de passageiros; e (NR) (Grifo nosso).*



#### **IV – DA PROPOSIÇÃO FINAL**

Isso posto, considerando as instruções técnicas e jurídicas constantes dos autos, **VOTO** por alterar a alínea “a” do inciso I do artigo 5º da Resolução ANTT nº 5.830, de 13 de dezembro de 2007, conforme minuta de resolução anexa.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019



**ELISABETH BRAGA**  
Diretora

**ENCAMINHAMENTO:**

À **Secretaria-Geral (SEGER)**, para prosseguimento do feito.

Em 12 de fevereiro de 2019.

Ass: 

*Maria Cecília Sant'anna Lacerda*  
Matricula: 1247216  
Assessoria – DEB